

## **“O PROJETO DA UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPPS): SUA REPERCURSÃO DENTRO DAS COMUNIDADES DAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO E A REALIDADE DE SEUS EFEITOS”.**

Thaline Ferreira de Oliveira<sup>1</sup>; Renata Ovenhausen Albernaz<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [thalineferreira.oliveira@gmail.com](mailto:thalineferreira.oliveira@gmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – [renata\\_albernaz@terra.com.br](mailto:renata_albernaz@terra.com.br)

### **1. INTRODUÇÃO**

Desde o final de 2008, algumas áreas da cidade do Rio de Janeiro, inicialmente a favela de Santa Marta na Zona Sul da cidade, que antigamente eram controladas por atividades criminosas e visivelmente abandonadas pelas autoridades públicas, passaram a ser atendidas pelas Unidades de Polícia Pacificadora. A UPP é uma pequena força da Polícia Militar com atuação exclusiva em algumas comunidades, contendo a sua própria sede no local a ser amparado. Segundo o Projeto das UPPs:

As UPPs trabalham com os princípios da polícia de proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e que tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. A atuação da polícia pacificadora, pautada pelo diálogo e pelo respeito à cultura e às características de cada comunidade, aumenta a interlocução e favorece o surgimento de lideranças comunitárias.<sup>1</sup>

Segundo informações da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ):

A Unidade de Policiamento Pacificadora é um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento das políticas sociais nas comunidades. Ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPPs levam a paz às comunidades do Morro Santa Marta (Botafogo – Zona Sul; Cidade de Deus (Jacarepaguá – Zona Oeste); Jardim Batam (Realengo – Zona Oeste) e Morro da Babilônia e Chapéu Mangueira (Leme – Zona Sul) (...) Criadas pela atual gestão da secretaria do Estado de Segurança, as UPPs trabalham com os princípios da Polícia Comunitária. A Polícia Comunitária é um conceito e uma estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública.<sup>2</sup>

Portanto, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro<sup>3</sup>, a intenção inicial do projeto é: o de levar um policiamento comunitário, criando um contato direto entre os policiais e os moradores para a identificação de problemas na comunidade; delimitar os procedimentos mais adequados para que ocorra a resolução de problema; facilitar uma “invasão de

<sup>1</sup> Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, “O que são as Unidades de Polícia Pacificadora?”. Disponível em: <[http://www.upprj.com/index.php/o\\_que\\_e\\_upp](http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp)> acessado no dia 09 de Janeiro de 2014.

<sup>2</sup> Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Página Inicial. Disponível em <<http://www.policiamilitar.rj.gov.br/>>, acesso em 9 de Janeiro de 2014.

<sup>3</sup> Unidade de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro, “Depois da polícia, invasão de serviços”, publicada no dia 29/04/2010, Disponível em <<http://www.upprj.com/wp/?p=911>> Acessado no dia 02 de Janeiro de 2014.

serviços”, ou seja, mecanismos que melhorem as infraestruturas precárias das favelas.<sup>4</sup>

Alguns especialistas, como o coordenador do Núcleo de Estudos em Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ (Universidade Federal do Fluminense), Michael Misse<sup>5</sup>, afirma que as comunidades carentes, além da atenção dos órgãos de segurança, esses amparos nas infraestruturas não ocorrem na maioria das favelas com UPP. A ativação do projeto mostra a tentativa do Governo do Estado em diminuir a criminalidade nessas áreas, acrescentando uma política de confronto e a ocupação das favelas como o estágio inicial para a ação da UPP. Portanto a iniciativa do projeto tenta reorientar uma política de segurança, mas apresenta ainda hoje dúvidas em relação a sua eficácia e sobre sua autoridade dentro dos complexos das favelas.

Neste cenário, o problema da pesquisa, seguindo uma orientação teórica decolonial, de supressão de condições de subcidadania (SOUSA, 2009; SANTOS, 1988, 2003 e 2008) e subalternidade (QUIJANO, 2005; DUSSEL 2005) é: as propostas das UPPs têm realmente o sentido de elevar a condição da cidadania das comunidades atendidas? Em quais medidas esse sentido pode ser mais evidenciado? Como essa elevação pode ser avaliada nesses anos de instalação das UPPs?

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa ainda está em desenvolvimento, tendo-se feito uma aproximação com a realidade, objeto da pesquisa, e o levantamento das referências adequadas para sua leitura, análise e avaliação. Já se efetuou o estudo de parte dessas obras referenciais, notadamente, as de Boaventura de Sousa Santos. Nas obras deste autor destacamos o debate do multiculturalismo nos direitos humanos e as controvérsias que feririam a dignidade humana, entendendo-se, portanto, que as UPPs tentariam abranger a cidadania nas áreas fragilizadas e estariam ligadas ao pós-modernismo de oposição (SANTOS, 2003). As leituras me permitiram entender o maior funcionamento da linha do multiculturalismo e atentar para as minorias que se encontravam desamparadas na sociedade. Na parte analítica, serão investigadas informações sobre a UPP de Santa Marta, na mídia, nos sítios do Governo do Estado do Rio de Janeiro e da Prefeitura das Cidades, nos blogs, páginas de mídias sociais, textos de movimentos da associação de moradores do Bairro Santa Marta, e em troca de e-mails com agentes comunitários e policiais que atendem no local.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de algumas ressalvas, é possível verificar, segundo dados do próprio site da polícias pacificadoras (2014) que desde que as UPPs começaram a serem

<sup>4</sup> ARAÚJO, Vera, “O Rastro de Segurança da UPP”, O Globo, 06/12/2009. Informação disponível em <<http://www.trela.com.br/arquivo/o-rastro-de-seguranca-da-upp/>> Acessada no dia 10 de Janeiro de 2014.

<sup>5</sup> Autor Desconhecido, “Especialista Critica Políticas de UPPs no Rio de Janeiro”. Publicado em 10/08/2010. Retirado de <<http://noticias.r7.com/cidades/noticias/especialista-critica-politica-de-upps-do-rio-de-janeiro-20100810.html>> em 9 de Janeiro de 2014.

implantadas, os índices de criminalidade vêm diminuindo nas comunidades e nos bairros do entorno: nas comunidades pacificadas, as ocorrências mais frequentes têm sido relacionadas à perturbação da ordem e a violência doméstica. No entanto, dados do ISP (Instituto de Segurança Pública) mostram que a violência não foi diminuída o quanto se era esperado pela população ou até mesmo pela política pública. De acordo com um levantamento realizado pelo jornal O Globo com base nas análises das estatísticas do ISP foi possível dizer que houve uma média de 50% de redução no total de homicídios. Segundo o Jornal:

Nas delegacias que ficam nas áreas de influência das quatro primeiras UPPs (Dona Marta, Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, Cidade de Deus e Batam), os assassinatos caíram pela metade: de 216 em 2008 para 114 em 2010, uma redução de 47%. Os latrocínios caíram 40%; os roubos de veículos, 46%; assaltos a lojas, 21%; a residências, 38%; a bancos, 86%; a coletivos, 27%; e a transeuntes, 21%.<sup>6</sup>

Além da pesquisa que utilizou o Índice de Percepção da Presença do Estado realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), mediu-se a forma como os moradores das comunidades reagem em determinados assuntos (antes e após a presença das UPPs). Como no Complexo do Alemão foram feitas 400 entrevistas, e na escala de zero a 100, onde zero representa insatisfação e 100 representa o grau máximo de satisfação, antes da ocupação, em 2009, os entrevistados davam nota 32 para a atuação da polícia, mas já em 2011 a nota subiu para 57.<sup>7</sup>

Com o aumento da segurança nas comunidades, estas passam pelo fenômeno de uma valorização imobiliária e um aumento na oferta de serviços nos bairros. No site da UPP-RJ, uma das mudanças apresentadas por essa valorização vem de uma pesquisa realizada pelo Clube dos Diretores Lojistas do Rio, em fevereiro de 2012, mostrando que a venda do comércio cresceu 26% nos estabelecimentos locais.<sup>8</sup>

#### 4. CONCLUSÕES

Apesar de alguns ganhos, verifica-se que o projeto que havia sido prometido para as comunidades não foi cumprindo, ainda falta grande parcela a ser realizados e dados a serem fortificados. A pesquisadora Ana Paula Miranda, coordenadora do Curso de Especialização em Políticas Públicas da Justiça Criminal e Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense, questiona as afirmações e dados referentes aos índices de criminalidade informados pelo ISP, pois, estudando o número de homicídios da Área Integrada de Segurança Pública nos períodos de 2008 a 2009, verifica que eles teriam aumentado de 18 para 29 em 2013, quando em comparação ao período de 2007 a 2008.

<sup>6</sup> ROCHA, Carla. BOTTARI, Elenilce. VASCONCELLOS, Fábio. "UPPs reduziram homicídios em 38 bairro", O Globo, 21/06/2011. Acessado em 9 de Janeiro de 2014, disponível em <<http://oglobo.globo.com/rio/upps-reduziram-homicidios-em-38-bairros-3331252>>.

<sup>7</sup> CPDOC: FVG (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), FGV Opinião: Núcleo de Pesquisa Social Aplicada, Pesquisas Públicas, de <<http://cpdoc.fgv.br/fgvopiniaio/pesquisaspublicas>> em 15 de janeiro de 2014.

<sup>8</sup> Unidade de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro, "O que é UPP". Disponível em: <[http://www.upprj.com/index.php/o\\_que\\_e\\_upp](http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp)> em 9 de Janeiro de 2014.

Os próprios grupos comunitários falam sobre os problemas da implantação da UPP. Um exemplo é o grupo Amigos do Funk (APAFUNK)<sup>9</sup> que busca inserir o funk na cultura nacional. O grupo afirma que o custo de vida dos moradores aumentou em consequência da valorização das comunidades, e serviços que antigamente eram obtidos informalmente hoje passam a ganhar a legalidade, mas não atingem o morador mais carente. Além disso, o grupo afirma que serviços essenciais que foram colocados no projeto, como saúde, abastecimento de água, coleta de lixo e creches ainda não foram implantados nas favelas.

No estágio inicial da pesquisa podemos concluir que as pacificações das comunidades do Rio de Janeiro podem levar a uma melhoria na qualidade de entrega de serviços públicos (ou regularização), que, segundo o Estado, não eram realizados devido à presença do narcotráfico, que dificultava a tarefa de acompanhar e suprir as necessidades de infraestruturas desta região. No entanto, é necessário lembrar que essas entregas de infraestruturas mais sólidas e condizentes com o programa, não estão sendo feitas, ou estão em estágios embrionários nas comunidades.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SANTOS, Boaventura de Sousa, **Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**, 1<sup>o</sup> Edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**. Para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SOUZA Jr., J. G. de. **O Direito achado na rua**. (curso de extensão universitária à Distância). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In. LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais**. Tradução Julio Cesar Casarin Silva. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005, pp. 227-276.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**. Para uma sociologia política da Modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora da UFMG/ Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade e eurocentrismo. In. LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais**. Tradução Julio Cesar Casarin Silva. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005, pp. 55-70.

SILVA, Luiz Antonio Machado, **A várias faces das UPPs**, Revista Ciência Hoje Online, Publicado em 30 de novembro de 2010.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine, **Unidade de Polícia Pacificadora: o que são, a que anseios respondem e quais os desafios colocam os ativismos**, Blog do Instituto Zequinha Barreto, 29 de novembro de 2010.

---

<sup>9</sup>BARROS, Ana Cláudia, “Em morro “pacificado” cartilha quer evitar abuso policial, Blog da Associação dos Profissionais e Amigos do Funk (APAFUNK). Disponível em: <<http://www.apafunk.blogspot.com.br/2010/06/em-morro-pacificado-cartilha-quer.html>> acessado em 19 de fevereiro de 2014.